

Instituto de Educação “Fernando Costa” de Presidente Prudente/SP: reflexões sobre aspectos da formação docente (1953-1971)

Fernando Costa Institute of Education of Presidente Prudente/SP: reflections on teaching training (1953-1971)

Jorge Luís Mazzeo Mariano

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

Campus Pantanal - Corumbá-Brasil

Aline de Novaes Conceição

Universidade Estadual Paulista – UNESP

Campus Marília -Marília-Brasil

Resumo

O objetivo deste estudo foi reconstituir aspectos da formação docente ocorrida no Curso Normal do Instituto de Educação (IE) “Fernando Costa” de Presidente Prudente/SP, no período de 1953 a 1971. A investigação foi realizada mediante abordagem histórica, centrada em pesquisa documental e bibliográfica, abrangendo relatos das docentes que trabalharam na referida instituição e no momento da pesquisa eram aposentadas. Para isso, foram utilizados os procedimentos de identificação, localização, reunião, seleção, sistematização e análise de fontes relacionadas ao Curso Normal do IE “Fernando Costa”. Constatam-se que a formação no Instituto de Educação em questão, ocorria com a valorização das disciplinas, com a renovação, utilizando os métodos modernos de ensino e também autores que ainda são utilizados na atualidade para a formação docente.

Palavras-chave: História da Educação; formação docente; Instituto de Educação.

Abstract

The objective of this study was to reconstruct aspects of teacher training that took place in the Normal Course of the "Fernando Costa" Institute of Education in the city of Presidente Prudente/SP, from 1953 to 1971. An investigation was carried out using the Historical approach, focused on the documentary and bibliographic, covering reports of documents that work at the educational institution and at the time of the investigation that were withdrawn. For this, the procedures of identification, location, meeting, selection, systematization and analysis of sources related to the Normal Course of the "Fernando Costa" Institute of Education were used. It seems that training at the Institute of Education in this field occurs with the valorization of the subjects, with a revision, using modern teaching methods and also with the authors that are still used today for teacher training.

Key-words: History of Education; teacher training; Institute of Education.

1. Introdução

No contexto da Escola Nova foi criado o primeiro Instituto de Educação (IE) do estado de São Paulo, em 1933, e posteriormente os demais 119 IEs que permaneceram com esta denominação até 1975, quando foram transformados em Escolas Estaduais de 2º grau, pois o escolanovismo foi ocupado pelo tecnicismo (LABEGALINI, 2009).

Os IEs eram instituições que atendiam crianças, adolescentes e adultos, oferecendo uma educação que tinha como principal eixo a formação docente. O primeiro objetivo dos IEs se referia à formação de profissionais da educação, como é possível verificar abaixo no excerto da legislação em que são apresentadas as finalidades dessas instituições¹:

- a) formar professores primários, secundários² e inspetores³ e diretores de escolas;
- b) manter cursos de aperfeiçoamento e de divulgação, para os membros do magistério;
- c) ministrar ensino primário e secundário a alunos de ambos os sexos, em estabelecimentos que permitam a observação, a experimentação e a prática de ensino, por parte dos candidatos ao professorado. (SÃO PAULO, 1933, [p. 106-107]).

Para que toda essa educação pudesse ocorrer, nos IEs, havia a Escola Normal (Curso Normal⁴ e Curso de Aperfeiçoamento), o Curso Colegial, o Curso Ginásial e a Escola Primária Anexa (SERRA, 2004). Constatam-se que por terem essa diversidade no atendimento, os IEs eram instituições complexas e para tentar compreendê-las, foram realizadas diversas pesquisas sobre a temática.

Retomando essas pesquisas, é possível verificar ênfases em aspectos diversos relacionados com o IE, dentre esses: Filosofia Pedagógica, patrono, Curso Normal, trajetória do Instituto de Educação à Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, práticas pedagógicas, biblioteca, educação feminina, educação do movimento dos sem-terra, gênero, curso de Administração escolar, Didática, aspectos arquitetônicos e vivências dos membros (CONCEIÇÃO, 2017)⁵.

Esses textos sobre os Institutos de Educação estão relacionados com diversos estados, a saber: Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Amapá, Paraíba, Pernambuco e São Paulo.

Os IEs do estado de São Paulo estudados estão localizados nas seguintes cidades: São Paulo, São Carlos, Piracicaba, Rio Claro, Presidente Prudente, Adamantina, Itapetininga, Birigui e Santa Cruz do Rio Pardo.

Dentre essas pesquisas têm-se as de Serra (2004) e Labegalini (2005, 2009) em que as autoras buscam compreender o modelo de formação de docentes dos IEs. Serra (2004) investiga o IE que funcionou em Birigui/SP, no período de 1961 a 1976 e menciona que a formação do/da professor/a alfabetizador/a ocorria mais no terceiro ano do Curso Normal.

Labegalini (2005, 2009) investiga os IEs do estado de São Paulo de maneira ampla e menciona que existiu um modelo de formação de professoras/es que foi implementado nos IEs do estado de São Paulo entre 1933 a 1975. Esse modelo estava relacionado com a valorização da Psicologia, da Biologia e dos princípios escolanovistas, em que era preconizada a prática que ocorria com as escolas primárias anexas aos institutos:

[...] portanto, valorizava a atividade do professorando enquanto um profissional que estava em formação. Considerando o ensino da leitura e da escrita como técnica, envolvendo “passos” e “períodos”, observa-se também a presença dos fatores psicológicos “maturidade”, “interesse” e “motivação” como determinantes para o ensino, norteadores da prática docente. O professor, então, com essa concepção escolanovista, deveria utilizar as “novas técnicas” e “métodos de ensino”: método de projetos, o ensino por unidades didáticas, o trabalho em equipes etc., métodos que estimulavam a atividade do aluno, superando as concepções “tradicionais” de até então. (LABEGALINI, 2009, p. 158).

No final do século XIX, com a pedagogia moderna, a formação da/do docente consistia em imitar modelos e a pedagogia era a “arte de ensinar”. Com isso, a Escola Modelo anexa à Escola Normal se tornou o núcleo da formação das/dos professorandas/os (denominação atribuída às/aos normalistas à época), por possibilitar a observação. Posteriormente, com a Pedagogia da Escola Nova, em meados da década de 1920, essa formação consistia em subsidiar as/os normalistas com saberes científicos (CARVALHO, 2000).

Carvalho (2000) assevera que houve um esgotamento dos modelos de formação de docentes e que, por isso, eles foram alterados. Segundo a autora é importante compreender esse processo de esgotamento.

A partir disso, indagam-se: qual o modelo de formação de professores/as implementado no IE “Fernando Costa” da cidade de Presidente Prudente/SP⁶? Com isso, o objetivo da pesquisa que resultou neste texto, consiste em reconstituir aspectos da formação docente ocorrida no Curso Normal do IE “Fernando Costa” no período de 1953 a 1971⁷.

A pesquisa foi realizada mediante abordagem histórica centrada em pesquisa documental e bibliográfica, abrangendo relatos das egressas e docentes aposentadas da

instituição em questão⁸. Para isso, foram utilizados os procedimentos de identificação, localização, reunião, seleção, sistematização e análise de fontes relacionadas ao Curso Normal do IE “Fernando Costa”.

Tendo sido realizadas visitas periódicas aos acervos e reunidas informações localizadas nos documentos, foram obtidas algumas orientações e sugestões para realizar entrevistas com algumas docentes que trabalharam no Curso Normal deste IE de Presidente Prudente/SP, no recorte temporal adotado. Deste modo, com a pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa⁹, estabeleceu-se contato com três professoras aposentadas¹⁰ da referida instituição de ensino que forneceram seus relatos por meio de entrevistas semiestruturadas¹¹.

Neste sentido, as fontes documentais e bibliográficas foram relacionadas com os relatos orais no presente estudo. Thompson (1992) indica que existem três modos pelos quais a História Oral se constitui: pela utilização dos relatos da vida de um só sujeito; através de um conjunto de histórias de vida; e pela análise cruzada, na qual os relatos orais são utilizados como fontes de informação e são agregados a outros tipos de fontes. Portanto, foi aplicada a análise cruzada na pesquisa apresentada neste texto.

Considerando os objetivos e as fontes que foram utilizadas, segue-se a recomendação de Thompson:

[...] sempre que o objetivo primordial passe a ser análise, a forma global já não pode ser orientada pela história de vida como forma de evidência, mas deve emergir da lógica interna de exposição. Em geral, isso exigirá citações muito mais curtas, comparando a evidência de uma entrevista com a de outra, e associada à evidência proveniente de outras fontes (THOMPSON, 1992, p. 304).

Assim, a pesquisa se baseia nos pressupostos da História Oral temática (ALBERTI, 2005), ou seja, as/os depoentes foram interpeladas/os somente sobre o período em que frequentaram as Escolas Normais dos IEs, diferentemente da História de Vida, em que o propósito é recuperar uma narrativa de toda a vida da/do entrevistada/do.

2. Curso Normal do Instituto de Educação “Fernando Costa”

Em 1933, criou-se o primeiro IE do Estado de São Paulo localizado na capital e denominado de “Caetano de Campos”. Nessa instituição, havia a Escola de Professores que formava professoras/es primárias/os, secundárias/os e técnicas/os de ensino que abrangia os

cursos de Administradores Escolares; Aperfeiçoamento, Especialização, Extensão Universitária e Cursos Livres (EVANGELISTA, 2002).

Para essa formação docente, havia a prática de ensino, observação e experimentação que ocorriam nas Escolas de Aplicação. Após um ano de criação do IE “Caetano de Campos”, criou-se a Universidade de São Paulo (USP) sem o curso de Pedagogia que foi criado a partir de 1939.

Nesse contexto de criação, na cidade de Presidente Prudente/SP, o IE funcionou a partir de 1953 e era denominado de “Fernando Costa”. O Curso Normal dessa instituição, como mencionado, era o curso que formava professores/as e uma parte significativa das vivências das normalistas nos anos em que frequentaram essa instituição formativa se referem às relações que foram travadas no cotidiano.

Assim, é relevante abordar, ainda que de modo panorâmico, alguns elementos que contribuem para o entendimento da cultura escolar da Escola Normal do IE “Fernando Costa”, frequentada pelas discentes e pelas docentes.

Concordando com Julia (2001), consideram-se que a cultura escolar é um conjunto de normas e práticas que determinam “o que” e “como” ensinar, além de quais comportamentos devem ser adotados (JULIA, 2001). Respaldam-se, outrossim, na concepção de Viñao Frago (1995) que dirige seu olhar para uma ampla gama de aspectos do cotidiano intramuros escolares que envolvem:

[...] práticas e comportamentos, estilos de vida, hábitos e rituais – a história cotidiana do fazer escolar – objetos materiais - função, uso, distribuição no espaço, materialidade física, simbologia, introdução, transformação, desaparecimento... – e modos pensar, bem como significados e ideias compartilhadas. Alguém vai dizer: tudo. E sim, de fato, a cultura escolar é toda a vida escolar: fatos e ideias, mentes e corpos, objetos e comportamentos, modos de pensar, dizer e fazer. (VIÑAO FRAGO, 1995, p. 68-69).

Um desses elementos cotidianos era a relação das normalistas com as disciplinas escolares, isto porque elas marcaram a trajetória das entrevistadas, seja quando eram estudantes, seja quando lecionavam.

O início da carreira docente ocorria antes mesmo do fim do Curso Normal. O desempenho das normalistas poderia ser a porta de entrada para o trabalho em uma escola pública estadual, haja vista que uma das primeiras formas de ingresso na carreira em questão,

Instituto de Educação “Fernando Costa” de Presidente Prudente/SP: reflexões sobre aspectos da formação docente (1953-1971)

acontecia mediante a avaliação do desempenho das/dos normalistas ao longo de suas trajetórias na Escola Normal.

De fato, a instituição da *Cadeira-Prêmio*, regulamentada pela Lei 467, de 30 de setembro de 1949, possibilitava uma vaga em uma escola primária pública, sem a necessidade de realizar um concurso, àquela/e estudante que tivesse obtido a média mais alta ao fim dos três anos de sua formação, como se visualiza abaixo:

Artigo 12 - Aos alunos das escolas normais oficiais do Estado que se diplomarem com a mais alta média, e desde que seja igual ou superior a noventa (90), será garantida a nomeação, independente de concurso, para escola ou classe do Estado, com exceção das localizadas na região da Capital, respeitados os direitos de candidatos remanescentes do concurso de remoção. (SÃO PAULO, 1949).

Ao entrevistar professoras que atuaram na Escola Normal durante a vigência da referida lei, Helena Faria de Barros, a docente mais experiente¹² dentre as depoentes que forneceram relatos para a presente pesquisa, descreveu como funcionava a premiação no IE “Fernando Costa”, relatando que eles:

[...] se tornavam professores efetivos, tanto quem estivesse no Curso Normal, quanto quem estivesse no Curso de Aperfeiçoamento. Era na saída do curso para quem tivesse o melhor desempenho em todas as séries. Era só uma pessoa e no último ano do curso. Era motivo de preocupação sim. Todo mundo queria ganhar, na época era prêmio, desde o começo vinha se esforçando, para lá no fim conseguir. De vez em quando havia uma disputa entre duas pessoas. Todo mundo queria e no fim tinha que estabelecer um grupo de professores para decidir. (BARROS, 2017).

De fato, como afirma Furtado (2007, p. 184-185),

[...] a Cadeira-Prêmio era considerada uma forma de avaliação, uma vez que desencadeava um processo de classificação dos alunos, já a partir do primeiro ano, promovendo disputas acirradas pelas melhores notas que garantissem o primeiro lugar.

A obtenção da *Cadeira-Prêmio* poderia se dar tanto para as/os normalistas, quanto para as/os concluintes dos Cursos de Aperfeiçoamento. Isso fazia com o que os IEs, que eram as instituições que concentravam ambos os cursos, se tornassem um campo de disputa entre as/os estudantes, como é possível constatar com o depoimento abaixo:

[...] pra isso, eu quero fazer o normal. Fiz Normal. Tirei a Cadeira Prêmio do I.E., minha média foi 97 dos três anos. Foi o último ano que teve Cadeira Prêmio. Eu ganhei Cadeira Prêmio aqui no João Franco de Godoy, que estava começando, essa escola. Mas eu não quis. Eu tenho muito medo de criança. Como educadora. Porque eu acho que a professora que mexe com criança tinha que ser a mais bem formada, mais bem remunerada, mais tudo... (MARIANGELA, 2015 apud CAETANO, 2018, p. 139).

Isto mostra que apesar de algumas estudantes terem entrado nessa disputa pela cadeira, muitas vezes, durante o seu percurso formativo, percebiam que não gostariam de trabalhar nos Grupos Escolares. Entretanto, essa postura demonstrada no depoimento de Mariangela à pesquisa de Caetano (2018), representa uma posição minoritária, haja vista que todas as entrevistadas para a pesquisa apresentada neste texto, seguiram carreira no magistério após o término do Curso Normal.

Nas entrevistas, a professora Helena é recorrentemente citada pelas docentes entrevistadas como um modelo de atuação na profissão docente. Essa professora coordenava no IE “Fernando Costa” o Clube de Estudos Pedagógicos que tinha como objetivo “[...] a colaboração dos alunos do Curso de Aperfeiçoamento e a cooperação em favor da criança e em favor da renovação dos métodos de ensino.” (CONCEIÇÃO, 2017). A formação de Clubes nas instituições educacionais era comum na época.

Lucia Maria Gomes Corrêa Ferri¹³ lecionou na Escola Normal do IE “Fernando Costa” entre os anos de 1965 e 1971 e compunha o Clube de Estudos Pedagógicos.

Em depoimento, Lucia Ferri mencionou que:

[...] professores antigos que vieram da USP tinham dificuldades de aceitarem as transformações que os novos professores que vinham da faculdade, como a D. Helena, propunham. Nós não queríamos mais carteiras presas no chão, porque queríamos dar estudos em grupo. Então a D. Helena propôs que nós apresentássemos para os colegas as dinâmicas de grupo e as novas maneiras de trabalhar com a classe. Então separamos o material e fizemos o trabalho de apresentar para o grupo. Quando terminamos eles bateram palmas e foi um dia muito interessante, só que a professora de Biologia, que era excelente, virou para nós e disse: “Olha, eu achei tudo lindo, uma coisa maravilhosa, mas tem um detalhe: eu vou continuar dando aula do jeitinho que eu dei até hoje!”.

Então, nesses anos com a formação de professores, nós introduzimos metodologias novas baseadas em Piaget. Nós queríamos que o estudante já escrevesse. Na Biologia Educacional nós procurávamos mostrar a aplicação daqueles conhecimentos também na prática. Então grupos de alunas iam no programa sertanejo [na emissora de rádio], às 6h, passar informações sobre os tipos de verminoses, faziam panfletos e entregavam na porta do cinema, divulgando o conhecimento.

Já fazíamos aqueles painéis com vários especialistas sobre um determinado tema, mas sem ainda utilizar a expressão interdisciplinaridade. E o movimento foi intenso dentro dessa nova metodologia, que o Ministro da Saúde na ocasião se interessou muito por esse trabalho comunitário das normalistas e veio à Presidente Prudente. Só que não possuíamos auditório, então fomos para o círculo esotérico, que tem um prédio em frente ao Colégio Cristo Rei. (FERRI, 2017).

Constatam-se a partir do exposto, indícios de que a formação das normalistas no IE “Fernando Costa”, apesar de encontrar resistências, também era baseada no trabalho em grupo, no construtivismo tendo como base o autor Jean Piaget, colocando o aluno como centro do ensino, considerando-o como ativo. Além disso, era uma formação em que as normalistas auxiliavam a sociedade, transmitindo os conhecimentos aprendidos com a utilização da rádio e com a ajuda dos docentes.

As relações interpessoais entre discentes e docentes nas disciplinas ministradas na Escola Normal do IE “Fernando Costa”, também representavam um elemento de extrema relevância para as culturas escolares na formação das normalistas. Isto pode ser observado no relato da docente Neuranildes Martins da Costa¹⁴, quando menciona que apesar de não se recordar do engajamento das/dos professoras/es do Curso Normal nos movimentos políticos das décadas de 1960 e 1970, relata que havia uma preocupação com a discussão acerca das mulheres na sociedade brasileira:

Não tinha esse movimento feminista, de mulheres atuantes. Nós éramos muito atuantes, mas de falar, de criticar de fazer movimento social, não. No espaço da aula sempre falávamos sobre o valor da mulher, eu falava porque tinha muitas mulheres. Isso nós falávamos com as alunas. Falávamos sobre a posição da mulher na sociedade, mas não de movimento, mas no cotidiano. (COSTA, 2017).

Talvez, por haver muitas mulheres no Curso Normal, essa discussão ocorria constantemente, para além das questões pedagógicas, a formação das normalistas do IE “Fernando Costa”, ocorria com reflexão sobre o valor das mulheres. Esse elemento é importante, considerando que as mulheres historicamente careceram de oportunidades igualitárias as dos homens e em muitos momentos foram desvalorizadas. (ALMEIDA, 2007; 2016)

Na formação das normalistas do IE em questão, elas puderam ter um repertório de práticas para serem aplicadas em suas próprias trajetórias profissionais. Esse repertório ocorreu a partir dos exemplos dos/das professores/as, tanto dentro quanto fora da sala de aula. Dessa forma, a formação delas também ocorria fora do espaço da aula e com valorização da prática¹⁵.

Outro elemento relevante da cultura escolar na formação das normalistas, presente nos relatos e nas páginas dos jornais da época eram as formaturas das/dos professorandas/os.

Isto porque eram momentos de celebração e de exibição do trabalho formativo executado pelas Escolas Normais.

As formaturas apresentavam uma significação especial para as normalistas e, como envolvia uma organização grandiosa, tal como eram os festejos, as demandas econômicas eram o primeiro obstáculo enfrentado.

Com isso, as/os normalistas se organizavam para a realização da formatura. Como é possível notar no excerto abaixo, apesar do empenho das/dos estudantes na realização do evento, parte da sociedade prudentina não apoiava a iniciativa:

A classe estudantil prudentina, tudo faz para providenciar belas festas de formatura, mas, o povo de Presidente Prudente visa somente a magnificência desta, sem contudo se preocupar de como fizeram para organizá-la. Necessário foi, um capital monetário, angariado a custa de esforços contínuos, ou seja, realização de bailes, brincadeiras dansantes (modo mais pratico) e acima de tudo lutando contra esta série de impostos implantados, tais como: Sbacem, Sbatem, UBC, que só servem para suga-los. E ainda mais, aluguel de salão, estatística e inúmeras outras despesas. Acontece que, ao saírem para vender aos convites recebem toda sorte de criticas, cujo único remédio é fazer não ouvir. [...] aparecem muitas pessoas falando mal como se tivessem razão de censurá-los. Perguntamos: Será culpa deles? Certamente que não, e sim do povo prudentino e das entidades de nossa cidade que pouco fazem em prol dos estudantes. (GORGIONI FILHO, 1952, p. 1).

A citação acima pode ser um indício de que a sociedade não considerava fundamental os festejos de conclusão do curso para a formação das normalistas do IE, que provavelmente gastavam muito tempo nesse evento. Tempo que a sociedade poderia interpretar como desnecessário e que poderia ser gasto para pensar e refletir sobre aspectos das crianças e do seu desenvolvimento, a fim de serem profissionais que ensinassem da melhor forma possível.

A memória da Prof.^a Helena também aponta a existência dos festejos, que contavam, inclusive, com a presença de artistas de renome no período:

[...] era bonita a festa. Tinha baile de vez em quando, nem todas as turmas faziam. As próprias normalistas que organizavam. Às vezes traziam cantores aos bailes, a Dalva de Oliveira veio uma porção de vezes. Esse era um jeito de eles arrecadarem o dinheiro. (BARROS, 2017).

Para que isso fosse possível, era necessário o empenho das/dos normalistas. Essas estudantes se organizavam em comissões com estatuto próprio, um ano antes da festa para a organização dos festejos. Esse é caso das turmas de normalistas que se formariam em 1967, que, em uma circular de 1966, divulgaram o nome dos membros da comissão organizadora, contendo a composição da diretoria geral, do conselho fiscal e das comissões de divulgação

Instituto de Educação “Fernando Costa” de Presidente Prudente/SP: reflexões sobre aspectos da formação docente (1953-1971)

e cultura, de relações públicas, recreativa e social e esportiva. Este documento estabeleceu ainda um plano de ação com as atividades a serem seguidas no decurso daquele ano:

1ª - Uma comissão especialmente designada, visitará todas as classes do curso noturno, com a finalidade de arremeter sócios, dentre aqueles que cursam o segundo ano normal.

2ª - A mensalidade será cobrada à razão de CR\$ 500 (quinhentos cruzeiros), incluindo-se os meses de agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro, para o pagamento da taxa mensal, já especificada.

3ª - Será editado o jornal “Mestre Cinquentão”, que divulgará os eventos do nosso curso, e todos os acontecimentos que digam respeito aos normalistas.

4ª - Um acontecimento inédito, *sui generis*, será concretizado, visando única e exclusivamente a arrecadação de fundos para a comissão organizadora.

5ª - Flâmulas de todas as classes, serão confeccionadas, sendo um tipo especial para cada classe, contendo cada uma das flâmulas citações normais.

6ª - Uma ação entre normalistas, com sorteios de brindes será levada à cabo, em data oportuna.

7ª - Serão concretizadas competições esportivas, pela comissão especialmente designada para este fim, cujas rendas serão revertidas para a comissão organizadora.

8ª - Estes os itens principais de nosso campo de ação, sendo que outras ações poderão surgir.

[...]

!!! Você normalista, defenda seus ideais, Você normalista, lute conosco, Você normalista, seja um batalhador em prol da nossa formatura!!! (IE circular, 1966).

Essa luta assumida pelas/pelos discentes resultou em êxito, pois os festejos de formatura foram realizados em 1967. Essas festas eram momentos de celebração pela conquista alcançada pelas/os moças/os, e para além do que a sociedade pensava, era um momento importante, pois a organização desse evento possibilitava o trabalho em equipe, as negociações, e o planejamento, habilidades essenciais para uma docência de qualidade.

As formaturas também eram momentos de exibição das Escolas Normais como instituições essenciais à sociedade. Além de servirem, outrossim, de plataforma para políticos, como é possível verificar com a publicação abaixo em um jornal prudentino:

A nossa reportagem avistou-se com a professora Manjurê Barros filha do contador sr. Cícero de Barros, que é uma das chefes dos preparativos para a festa. Disse-nos a gentil srta. que esperam coroar de êxito o programa das solenidades em vista do apoio que estão recebendo das autoridades, dos diretores da Escola Normal e da expressiva solidariedade e elevado espírito do paraninfo, o ilustre deputado federal pela nossa zona dr. J. G. Martins filho.

Além desse acatado parlamentar, deverá também estar presente amanhã nas solenidades da noite o deputado conterrâneo Mario Eugenio, o prefeito F. Tarabay e o governador eleito dr. Pedro Furquim. (AMANHÃ..., p. 1, 1947).

A presença dos políticos indicia que a formação das docentes que ocorria no IE “Fernando Costa”, era visível perante a sociedade e também era valorizada.

Portanto, a formação docente das normalistas do IE em questão, era composta de vários aspectos, para além da sala de aula, aspectos que representam a cultura da instituição, a renovação, o trabalho em grupo que era possibilitado, principalmente, pela organização das formaturas. Ocasões de confraternização como essa constituíram elementos que ficaram marcados nas culturas escolares como eventos nos quais a Escola Normal do IE em questão apresentava à sociedade o fruto de seu trabalho, isto é, as professoras e professores responsáveis pela educação das novas gerações nos Grupos Escolares do extremo oeste paulista.

Além dos aspectos relevantes da cultura escolar do Curso Normal do IE “Fernando Costa”, que foram mencionados nesta seção, os Cursos Normais eram os eixos principais dos Institutos de Educação, que possibilitavam uma formação docente relacionada com aspectos da vivência prática, obtida na própria instituição.

Entretanto, os IEs foram extintos em 1975, passando a haver outro modelo predominante de formação docente, como é possível refletir no tópico a seguir.

3. Encerramento dos Institutos de Educação e a formação docente

Como mencionado, os IEs funcionaram até 1975:

[...] por determinação da Lei 5.692/71; porém, apesar de essa lei ser de 1971, a denominação “Instituto de Educação” persistiu até 1975, pois, em 20 de janeiro de 1976, foi promulgado o Decreto Estadual 7.510, que reorganizou a Secretaria de Estado da Educação, transformando todas as escolas públicas, inclusive os IEs estaduais, em Escola Estadual de 2º grau, ou ainda em Escola Estadual de 1º e 2º graus. (LABEGALINI, 2009, p. 87).

Com a efetivação da Lei 5.692/71 o Ensino Primário passaria a ter duração de oito anos e seria denominado de ensino de 1º grau e o Ensino Médio passaria a ser denominado de ensino de 2º grau. Compreendendo que nesse primeiro grau estariam crianças a partir dos sete anos de idade (BRASIL, 1971).

A partir desta legislação, houve a extinção das Escolas Normais e a formação para o exercício do magistério deveria ocorrer em cursos superiores (licenciatura plena); em cursos de graduação (licenciatura curta) e em Habilitação Específica para o Magistério (HEM) em nível de 2º grau como é possível constatar abaixo:

Instituto de Educação “Fernando Costa” de Presidente Prudente/SP: reflexões sobre aspectos da formação docente (1953-1971)

[...] exigir-se-á como formação mínima para o exercício de magistério:

- a) No ensino de 1.º grau, de 1.ª a 4.ª séries, habilitação específica de 2.º grau;
- b) No ensino de 1.º grau, da 1.ª a 8.ª séries, habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura de 1.º grau, obtida em curso de curta duração;
- c) Em todo o ensino de 1.º e 2.º graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente a licenciatura plena. (BRASIL, 1971, p. 134).

Com a HEM, o foco da formação de professores estava na profissionalização e essa formação estava relacionada com a educação tecnicista.

Ainda em 1976, o IE “Fernando Costa”, tornou-se Escola Estadual de 2º grau e nesse âmbito, passou a oferecer a HEM para o exercício do magistério de primeiro grau, continuando com a formação de professores.

Todavia, antes disso, a diretoria desse IE, foi contra a transformação da instituição e encaminhou ao diretor da Divisão Regional um ofício, mencionando que a escola em questão mantinha todos os cursos de 1º e 2º graus e era a única instituição da cidade com o Curso Normal correspondente ao 1º grau de aplicação.

De acordo com o decreto referente ao regimento das Escolas Estaduais de 2º Grau:

Artigo 119 - Ao aluno que concluir estudos que conduzam à habilitação específica para o magistério das 4 primeiras séries do 1.º grau, de acordo com normas do Conselho Estadual de Educação, será conferido o respectivo diploma [...]

Artigo 121 - Ao aluno que concluir as três primeiras séries da habilitação específica para o magistério das 4 primeiras séries do 1.º grau, referida no artigo 119, será conferido certificado de conclusão de 2.º grau para fins de prosseguimento de estudos. (SÃO PAULO, 1978, [p. 1], grifo do autor).

Assim, caso a/o professoranda/o não concluísse os estudos de habilitação específica do magistério de 1º grau, receberia um diploma de conclusão de 2º grau. Esse tipo de formação teve a possibilidade de ser alterada em 1983, a partir do

[...] agravamento nas condições de formação do professor em âmbito nacional, a queda nas matrículas da HEM e o descontentamento relativamente à desvalorização da profissão levariam a um movimento em âmbito federal e estadual, com discussão de projetos de estudo, pesquisas e propostas de ação freqüentemente denominados de “revitalização do ensino normal”, propiciando iniciativas por parte do Ministério de Educação e de Secretarias Estaduais no sentido de propor medidas para reverter o quadro instalado (TANURI, 2000, p. 82).

Dentre essas medidas, havia o Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAM), que ocorreu concomitantemente a HEM e também formava professores para o 1º grau e para a Pré-Escola (MOURA, 1991).

No estado de São Paulo, o CEFAM foi implantado de 1988 a 1994, com o funcionamento de 54 unidades (PIMENTA, 2006). O CEFAM foi diferenciado no contexto paulista, pois funcionou em período integral com oferta de

[...] bolsa de estudos correspondente a um salário mínimo – Projeto Bolsa de Trabalho [...] somente em 1991 o Projeto Bolsa Trabalho foi lançado como um projeto em âmbito federal, pelo Ministério da Educação, sendo implantado nos CEFAMs de outros estados. (OLIVEIRA, 2014, p. 251).

Há indícios de que com a transformação decorrente da extinção dos IEs a partir de 1975, os locais em que funcionaram essas instituições e que foram mantidos os cursos de formação de docentes, tiveram como prejuízo a perda da ideia da prática¹⁶ nessa formação; devido a extinção das escolas anexas que possibilitavam a observação e a experimentação dos professores.

4. Considerações finais

Buscando reconstituir aspectos da formação docente ocorrida no IE “Fernando Costa”, no período de 1953 a 1971, foi possível constatar que a formação ocorria com a valorização das disciplinas, com a renovação, utilizando os métodos modernos de ensino e também utilizando autores que ainda são utilizados na atualidade para a formação docente. Além disso, a formação ocorria relacionando com a prática como quando utilizam da rádio para divulgarem conhecimentos, o que também possibilitava a visibilidade dessa formação.

A formação das normalistas do IE “Fernando Costa”, possibilitava a busca de um melhor empenho pelas normalistas, considerando que a normalista que apresentasse o melhor desempenho receberia um emprego na área de formação.

Nessa formação, há vários elementos presentes que perpassam a sala de aula. Como as relações cotidianas e as relações com a organização da formatura que demandavam empenho e cooperação entre os envolvidos. Indícios de uma preparação para formação do trabalho em equipe que exige a carreira docente. Sendo, além disso, um palco para políticos, ou seja, sendo um espaço de visibilidade da instituição e dos alunos do IE “Fernando Costa”.

Instituto de Educação “Fernando Costa” de Presidente Prudente/SP: reflexões sobre aspectos da formação docente (1953-1971)

Destacam-se também que na formação docente do Curso Normal do IE “Fernando Costa”, havia relações entre discentes e docentes do curso em questão e dos outros cursos da instituição, o que aproximava a formação da prática a partir de exemplos.

Um aspecto que poderá ser aprofundado em pesquisas futuras sobre a formação docente no IE “Fernando Costa” é a relação das normalistas com as disciplinas escolares, fato marcante para elas em seus depoimentos. Neste sentido, algumas indagações surgem como: qual conteúdo era tido como mais significativo? Quais as disciplinas mais recorrentemente lembradas? Estavam essas disciplinas relacionadas com os docentes responsáveis por decidirem sobre a *Cadeira-Prêmio*?

Portanto, neste texto, não se limitando a finalizar apenas com respostas, mas também com indagações, abordaram-se de modo panorâmico elementos que contribuíram para o entendimento da cultura escolar que estava no âmbito da Escola Normal do IE “Fernando Costa”, que funcionou até a década de 1970, quando foram extintos os Institutos de Educação. Fato que não privilegiou a formação docente, ocorrendo a perda da articulação com os vários níveis de ensino e conseqüentemente a perda da prática e do *status* na formação de docentes.

Referências

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Ler as letras: por que educar meninas e mulheres?** São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo; Campinas: Autores Associados, 2007.

ALMEIDA, Jane Soares de. **A formação de professores em São Paulo (1846-1996): a prática de ensino em questão**. Campinas: Autores Associados, 2016.

AMANHÃ a formatura da Segunda turma de professoras. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 1, 17 dez. 1947.

BARROS, Helena Faria de [87 anos]. [out. 2017]. Entrevistador: pesquisador. Presidente Prudente, SP, 6 out. 2017.

BRASIL. Lei n. 5692 de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. In: RAMA, Leslie Maria José da Silva. **Legislação do ensino: uma introdução ao seu estudo**. São Paulo: EPU, 197. p. 127-144.

CAETANO, Wagner Aparecido. **Memórias de professores na construção da educação escolar em presidente prudente (1950 – 1970)**. 2018. 256f. Tese (Doutorado em Educação) –

Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista/Unesp, Presidente Prudente, 2018.

CARVALHO, Marta Maria Chagas. Modernidade pedagógica e modelos de formação docente. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, n.14, p. 111-120, 2000.

CONCEIÇÃO, Aline de Novaes. **O Instituto de Educação de Presidente Prudente/SP (1953-1975):** elementos para a história de uma instituição escolar. 2017. 347f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

COSTA, Neuranildes Martins da [73 anos]. [out. 2017]. Entrevistador: pesquisador. Presidente Prudente, SP, 27 out. 2017.

ESCOLANO BENITO, Agustín. **A escola como cultura:** experiência, memória e arqueologia. Tradução: Heloísa Helena Pimenta da Rocha e Vera Lúcia Gaspar da Silva. Campinas, SP: Editora Alínea, 2017.

EVANGELISTA, Olinda. **A formação universitária do Professor:** o Instituto de Educação da Universidade de São Paulo (1934-1938). Florianópolis: NUP/ CED/ UFSC/ Editora Cidade Futura, 2002.

FERRI, Lúcia Maria Gomes Côrrea [73 anos]. [nov. 2017]. Entrevistador: pesquisador. Presidente Prudente, SP, 7 nov. 2017.

FURTADO, Alessandra Cristina. **Por uma história das práticas de formação docente:** um estudo comparado entre duas escolas normais de Ribeirão Preto-SP (1944-1964). 2007. 208f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GORGIONI FILHO, Batista. Tudo por uma formatura. **A Voz do Povo**, Coluna Estudantil, Presidente Prudente, p. 1, 13 jul. 1952.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO “FERNANDO COSTA”. **CIRCULAR nº 1/66.** Presidente Prudente, 1966.

JULIA, Dominique. A cultura como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, 2001, p. 9-43.

LABEGALINI, Andréia Cristina Fregate Baraldi. **A formação de professores alfabetizadores nos Institutos de Educação do Estado de São Paulo (1933 a 1975).** 2005. 315 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2005.

LABEGALINI, Andréia Cristina Fregate Baraldi. **A formação de professores nos institutos de educação do Estado de São Paulo (1933-1975).** São Paulo: Arte e Ciência, 2009.

Instituto de Educação “Fernando Costa” de Presidente Prudente/SP: reflexões sobre aspectos da formação docente (1953-1971)

MARIANO, Jorge Luís Mazzeo. **A implantação da Escola Primária Graduada em Presidente Prudente-SP: as contribuições das professoras primárias (1925-1938)**. 2011. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

MOURA, Maria Isabel Gerth Landell de. **Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAM) no estado de São Paulo: resgatando sua história e analisando sua contribuição**. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.

OLIVEIRA, Fernando Rodrigues de. **História do ensino da literatura infantil nos cursos de formação de professores primários no estado de São Paulo, Brasil (1947-2003)**. 2014. 344 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** São Paulo: Cortez, 2006.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 5.884, de 21 de abril de 1933. **Código da Educação do Estado de São Paulo**. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1934. (Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo).

SÃO PAULO (Estado). Lei n. 467 – de 30 de setembro de 1949. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, 30 set. 1949.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 11.625, de 23 de maio de 1978. **Aprova o Regimento Comum das Escolas Estaduais de 2.º Grau e dá providências correlatas**. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1978. (Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo). Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1978/decreto-11625-23.05.1978.html>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

SERRA, Áurea Esteves. **A formação do professor alfabetizador no IE “Prof. Stélio Machado Loureiro”, de Birigüi/SP (1961 – 1976)**. 2004. 249 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2004.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da Escola Primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n. 14, p. 61-88, mai./ago. 2000. Disponível em: <<http://file:///G:/Projeto%20de%20pesquisa%20doutorado/Textos%20lidos/Tanuri.pdf>>. Acesso em: 01/04/2017.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Trad. de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOFOLI, Therezinha Elizabeth. **Educação feminina em Adamantina-SP: o Instituto de Educação Madre Clélia (1951-1978)**. 2003. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

VIDAL, Diana Gonçalves; BONTEMPI JÚNIOR, Bruno; SALVADORI, Maria Angela Borges. Tempos pretéritos e escolhas de futuro: a Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e a formação docente. **Educação e realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. especial, p. 1419-1440, dez. 2016.

VIÑAO FRAGO, Antonio Viñao. Historia de la educación e historia cultural: posibilidades, problemas e cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 0, p. 63-82, Set/Out/Nov/Dez 1995.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul -UFMS/MEC –Brasil.

Notas

¹ Compartilham-se do entendimento de que a instituição educativa é “[...] transmissora e produtora de cultura [...]” (SOUZA, 1998, p. 242).

² Com o estabelecimento da faculdade de Ciências e Letras em São Paulo, a formação de professores secundários, deixou de ocorrer nos Institutos de Educação (SÃO PAULO, 1933).

³ Eram responsáveis pelo cumprimento das leis na instituição.

⁴ Curso que formava docentes.

⁵ A identificação dessa e de outras citações, assim como nas referências, foi omitida nesta versão do artigo para preservar a identidade dos autores no processo de avaliação por pares. As informações serão inseridas posteriormente caso o artigo seja aprovado para a publicação.

⁶ Para informações sobre os primórdios de Presidente Prudente/SP e da educação dessa cidade, consultar Mariano (2011).

⁷ Esse recorte temporal se refere ao período em que o Curso Normal funcionou no IE “Fernando Costa”. A criação desse IE ocorreu mediante a Lei nº 2.337, de 20/10/1953 e o encerramento da formação de normalistas ocorreu a partir da Lei 5.692/71, que transformou os Cursos Normais em Habilitação Específica de 2º Grau para o Magistério (HEM).

⁸ O período de recorte da pesquisa não pretende ser linear e sequencial isto porque as docentes e egressas entrevistadas não frequentaram o IE “Fernando Costa” durante todos os anos entre 1953 e 1971, além de as fontes documentais pesquisadas serem lacunares, não abrangendo, portanto, todos os anos estabelecidos.

⁹ A identificação do Comitê de ética da Universidade foi omitida nesta versão do artigo para preservar a identidade dos autores no processo de avaliação por pares. As informações serão inseridas aqui posteriormente caso o artigo seja aprovado para a publicação.

¹⁰ Foi estabelecido como critério de seleção das participantes o seu envolvimento direto nas atividades docentes no IE “Fernando Costa”, entre as décadas de 1950 e 1970. Assim, foram priorizadas as professoras para a composição do rol de depoentes.

¹¹ Todas as entrevistadas autorizaram a utilização de seus nomes na pesquisa, mediante a assinatura no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). São elas: Helena Faria de Barros, Neuranildes Martins da Costa e Lúcia Maria Gomes Côrrea Ferri. Foram gravadas mais de 6 horas de áudio que somam 75 páginas de transcrição.

Instituto de Educação “Fernando Costa” de Presidente Prudente/SP: reflexões sobre aspectos da formação docente (1953-1971)

¹² Helena Faria de Barros, é filha de Ciro Lopes de Faria e Carolina Lopes de Faria, tendo nascido no dia 11 de setembro de 1930, na cidade de Marília/SP; mudou-se para a cidade de Presidente Prudente/SP em 1943. Iniciou o Curso Normal na então recém inaugurada Escola Normal Municipal de Presidente Prudente (1944) e o conclui no Colégio Sagrado Coração de Jesus, em Cafelândia/SP, em 1947; trabalhou no IE “Fernando Costa” entre 1956 e 1964. Trabalhou como docente na Universidade Estadual Paulista – Unesp (Campus de Presidente Prudente) entre os anos de 1964 e 1970; atuou como professora do curso de Mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco (1993-2005) e da Universidade do Oeste Paulista – Unoeste (2000-2015).

¹³ Lúcia Maria Gomes Corrêa Ferri é filha de Adelaide Tortorela Correa e Ubaldo Gomes Correa, tendo nascido no dia 14 de fevereiro de 1944, em Botucatu/SP, vindo a residir em Presidente Prudente/SP no mesmo ano; realizou seus estudos no Ensino Normal no Instituto de Educação “Cardoso de Almeida, em Botucatu/SP, entre 1959 e 1961; lecionou no IE “Fernando Costa” entre os anos de 1965 e 1971. Foi docente do curso de Pedagogia da Unesp (Campus de Presidente Prudente) entre os anos de 1971 e 1991; em 1989 se tornou livre docente; atuou como professora do Mestrado em Educação da Universidade do Oeste Paulista – Unoeste, entre os anos de 1993 e 2014.

¹⁴ Neuranildes Martins da Costa, é filha de José Ari da Costa e Luiza Martins da Costa, tendo nascido no dia 24 de novembro de 1944, na cidade de Álvares Machado/SP. Realizou seus estudos no Ensino Normal no Colégio Santa Marcelina, em Botucatu/SP, entre os anos de 1960 e 1962; atuou como docente na Escola Normal do IE “Fernando Costa”, entre 1968 e 1976.

¹⁵ Neste sentido, Agustín Escolano Benito ao discutir a cultura escolar a partir da valorização da prática, ressalta a obra de Philip W. Jackson (que publicou, em 1968, o ensaio *Life in classroom*) e afirma que: “Durante as últimas décadas, a nova história cultural da educação, reforçada pela etno-história e pela hermenêutica, voltou-se para a tese de Jackson, valorizando o argumento de que efetivamente, são os atores da educação formal que, além de gerar uma cultura escolar – em boa parte endógena, dentro de seus próprios cenários de atividade –, adaptam as mudanças suscitadas a partir do exterior das instituições”. (ESCOLANO BENITO, 2017, p. 39).

¹⁶ De acordo com Almeida (2016, p. 150), “[...] a transformação da antiga Escola Normal em HEM por força da lei, sem atentar para as demandas sociais por educação, em cujo entorno a formação de professores repercutia de forma direta, fez com que o curso de formação de professores perdesse algumas características de proporcionar efetiva profissionalização, em detrimento de ser somente mais uma habilitação, entre as inúmeras introduzidas pela lei n. 5.692/71. Sua orientação ensinou que atividades práticas assumissem feições de treinamento para determinadas habilidades, alijando desta a criatividade, condição inerente ao ato de ensinar”.

Sobre os autores

Jorge Luís Mazzeo Mariano

Professor do Curso de Graduação em Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal -UFMS/CPAN. Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista – Unesp (Campus de Presidente Prudente) e estágio de Pós-doutorado em Educação na Universidade do Oeste Paulista - Unoeste. Mestre em Educação pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar e Licenciado em Pedagogia pela Unesp (Campus de Presidente Prudente). Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisa Histórias e Memórias da Educação – HISMEE. E-mail: jorge.mariano@ufms.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1716-6763>.

Aline de Novaes Conceição

Professora do Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *Campus do Pantanal* -UFMS/CPAN. Doutora, Mestre em Educação, Especialista em Formação de Professores em Educação Especial e Inclusiva e Pedagoga pela Universidade Estadual Paulista-Unesp (*Campus de Marília*). Especialista em Gestão Escolar e psicopedagoga institucional e clínica. E-mail: alinenovaesc@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6640-461X>.

Recebido em: 08/05/2022

Aceito para publicação em: 29/11/2022